

O Estado brasileiro estabelece, por meio da Lei 11.346/2006, que a segurança alimentar e nutricional (SAN) “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. Segundo a FAO (2014), são quatro dimensões básicas para garantia da SAN: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (FAO, 2014). É necessário assegurar, portando, a produção e distribuição de alimentos, para que a população possa acessá-los e consumi-los. Nesse sentido, a agricultura familiar é um setor considerado estratégico para a promoção da segurança alimentar, pois sua produção de gêneros alimentícios é majoritariamente voltada para o abastecimento interno (CONSEA, 2010; MARTINELLI *et al.*, 2010).

O semiárido brasileiro (SAB), região seca mais populosa do mundo, é apontada como a porção do território brasileiro mais vulnerável às mudanças climáticas (MARENGO, 2008), o que pode agravar a situação de insegurança alimentar na região (PBMC, 2014). No entanto, 89% dos estabelecimentos agropecuários da região são de agricultura familiar, o que representa ~35% da agricultura familiar brasileira (IBGE, 2006). Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar a produção de alimentos pela agricultura familiar e estimar sua potencial contribuição para a segurança alimentar no SAB. Para isso serão utilizados dados municipais de área e quantidade por tipo de produção vegetal e animal coletadas no Censo Agropecuário 2006 e disponíveis no banco de dados SIDRA. Serão usados dados populacionais dos municípios do Censo Demográfico 2010 e consumo de alimentos da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) de 2008.

Referências

CONSEA. A SAN e o direito humano à alimentação adequada no Brasil. 2010

FAO. **O estado da SAN no Brasil**. Um reato multidimensional. 2014

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006

MARENGO, J. A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semi-árido do Brasil. **Parcerias estratégicas**, v. 13, n. 27, p. 149-176, 2008.

MARTINELLI, L. A. et al. A falsa dicotomia entre a preservação da vegetação natural e a produção agropecuária. **Biota Neotropica**, v. 10, n. 4, p. 323-330, 2010

PBMC, 2014: Impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho 2 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas [Assad, E.D., Magalhães, A. R. (eds.)]. COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 414 pp.